

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Adriano Magno Bezerra Alves brasileiro(a) Solteiro, Autônomo, portador do CPF: 706.493.934-84, residente na Rua: Vicente Soares, nº 20, Bairro: Riocho Grande, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá, a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";

4- Em caso de desistência da demanda ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 22/10/2020:

Contratante: x Adriano Magno Bezerra Alves

Contratado: KM Nascimento

OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_





PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Adriano Magno Bezerra Alves, brasileiro(a)-  
Solteiro, Autônomo, portador do RG nº 003.887.715, e do  
CPF nº 706.473.934/84, residente na  
RUA: Vicente Soares 20, BAIRRO:  
Riocho Grande, cidade Mossoró - Rio Grande  
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS  
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN  
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,  
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em  
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na  
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,  
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar  
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,  
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,  
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer  
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará  
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,  
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar  
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao  
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o  
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos  
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 22 / 10 / 2020.

Outorgante: Adriano Magno Bezerra Alves  
• Isento de reconhecimento de firma, em face de Lei nº 8.952, de  
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



**DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA**

**FIRMADA NA LEI Nº 7.115/83.**

Adriano Magno Bezerra Alves brasileiro.(a), solteiro (a),  
Autônomo, portador do CPF n. 706.473.934 - 84, podendo ser  
intimado (a) no (a) Rua Vicente Soares n. 20, Bairro -  
Riocho Grande, Mossoro -RN. DECLARA, sob as penas da  
lei que é isento de declarar imposto de renda, não dispõe de qualquer meio financeira  
que lhe possibilite pagar custas e demais emolumentos judiciais. Firma a presente  
declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções  
administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar  
lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro -RN, em 22/10/2020.

Declarante: x Adriano Magno Bezerra Alves

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



## TERMO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

Adriano Magno Bezerra Alves brasileiro(a), Solteiro (a),  
Autônomo, portador do CPF n. 706.473.934 - 84, podendo ser  
intimado (a) no (a) Rua Vicente Soares n. 20, Bairro -  
Riocho Grande, Mossoro -RN. Declara nos termos da Lei n.  
1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de  
Mossoro -RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não  
retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoro -RN em 22 / 10 /2020.

Declarante: \* Adriano Magno Bezerra Alves

1ª Testemunha: \* Maria de Fátima Bezerra Ambrozio  
CPF nº 058.441.644-61

Residente- R: VICENTE SOARES, 20, ZONA RURAL, MOSSORO

2ª Testemunha: \* Floriano Lúcia de Lima  
CPF nº 567.020.864-15

Residente- R: VICENTE SOARES, 15, ZONA RURAL, MOSSORO

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:  
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





# DAI - Declaração Anual de Isento

Por Assessoria de Comunicação  
Social — publicado 26/02/2016 10h54, última  
modificação 28/06/2019 10h29

*Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da  
Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com  
o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas  
Físicas (CPF).*

*Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2004,  
de 23 de julho de 2006, deixou de existir a Declaração  
Anual de Isento, a partir do ano de 2008.*

*A isenção poderá ser comprovada mediante declaração  
escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme  
previsto na Lei 7.115/83.*

Ciente: x Adriano Magno Bezerra Alves



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

**Parágrafo único** - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2º** - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3º** - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Ibrahim Arbi-Ackel  
Hélio Beltrão

*Esta Lei foi autografada e publicada no DOU da 22.6.1983.*

Ciente: Adriano Magno Bezerra Alves





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

**NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA**

Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Memoz, 150 - Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

**DADOS DO CLIENTE**

MARIA DE FATIMA DE TERRA AMBROSIO

CPF: 012.441.644-61 NIS: 20317051770

**CLASSIFICAÇÃO**

B1 - RESIDENCIAL  
BARRA RENDA COMIS  
Monofásico

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**

RUA VICENTE SOARES 20

RIACHO GRANDE/AREA RURAL  
MOSSORO RN  
59600-001

NÚMERO FISCAL	SERIE	EMISSÃO
046897938	UNICA	18/08/2020

DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA
25/08/2020	17/09/2020

CONTA CONTRATO	MES/ANO
7014498065	08/2020
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA
25/08/2020	17/09/2020
TOTAL A PAGAR (R\$)	57,04

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo-TUFC ate 30 kWh	50,0000000	0,11459038	3,43
Consumo-TUFC superior a 30 ate 100 kWh	70,0000000	0,19644065	13,75
Consumo-TUFC superior a 100 ate 220 kWh	21,0000000	0,29466038	6,19
Consumo-TE ate 30 kWh	30,0000000	0,11244105	3,37
Consumo-TE superior a 30 ate 100 kWh	70,0000000	0,19275608	13,48
Consumo-TE superior a 100 ate 220 kWh	21,0000000	0,28913414	6,07
Contrib. Ilum. Pública Municipal			4,15
ICMS- Parcela Subvencionada			8,60



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE PERICIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO-II

POLEGAR DIREITO

ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 003.889.715 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/11/2017

NOME ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES

FILIAÇÃO ADRIANO ALVES EUFRAZIO  
MARIA DE FATIMA BEZERRA AMBROZIO

NATURALIDADE MOSSORO RN

DATA DE NASCIMENTO 16/01/2002

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-150 F-55 R6-101255

MOSSORO RN-4 CARTORIO

CPF 706.473.934-84

ASSINATURA DO DIRETOR UTILIZACAO 1a. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP  
201.81021.86-7

NÚMERO  
8713321 0050 RN

*Adriano Magno Bezerra Alves*  
ASSINATURA DO TITULAR



ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES  
FILIAÇÃO ..... MARIA DE FÁTIMA BEZERRA AMBROSIO  
ADRIANO ALVES EUFRAZIO  
NASCIMENTO ..... 18/01/2002  
ESTADO CIVIL ..... SOLTEIRO  
NATURALIDADE: MOSSORÓ - RN  
DOCUMENTO ..... R.G. - 003889715 - 14/11/2017 - SSPDS - RN  
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996  
CPF ..... 706.473.934-84  
TT. ELEITOR: .....  
CNH .....  
SEÇÃO: .....  
ZONA: .....  
LOCAL DE EMISSÃO: SEC - MOSSORÓ  
DATA DE EMISSÃO: 18/12/2017

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO	DIABETE	HEMOFILIA
FATOR RH	SIM NÃO	SIM NÃO
ALERGIAS	SIM NÃO	
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993)	SIM NÃO	

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		

06



SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº **15080 /2020**

Admissão: 07/09/2020 12:02:28

OK

**ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - VERDE****Paciente: 65275 - ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES (18 a 7 m 20 d)**

Nascimento: 18/01/2002

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700708932639580

CPF: 70647393484

Prof:

Mãe: MARIA DE FATIMA BEZERRA AMBROZIO

Pai: ADRIANO ALVES EUFRAZIO

Logradouro: RIACHO GRANDE, 20

CEP: 59649899

Bairro: ÁREA RURAL DE MOSSORO

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.96444655

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: FAMILIA

\*Empresa:

OBS:

Classificação:

07/09/2020 11:58:01

PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FI02	F.R.	F.C. / Pulso	TEMP.	Glasgow	RTS

**HISTÓRIA - EXAME FÍSICO**

Queixas: Vítima de acidente de moto. Trauma em 4º e 5º quirodáctilo da Mão D, apresentando edema e restrição de movimentos.

Dt e Hora: \_\_\_\_\_

Trauma no 4º e 5º dígitos após queda  
FF de + 600ml

CM Traumatismo

Dr. Igo Walsko M. de Oliveira

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:

Dr. Igo Walsko M. de Oliveira  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM/RN 6429

VIA

HORÁRIO

ASSINT.

Todo LVR

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

MOSSORO 02/09/2020

SAME / ARQUIVO

\*SAÍDA: ☒ Decisão médica ☐ Transferido ☐ Evasão ☐ Óbito ☐ Interna: (Preencher CID, PROC.)

CID

Proc.

Data: 07/09/20. Hr: \_\_\_\_\_

Médico:

Dr. Igo Walsko M. de Oliveira  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM/RN 6429

\*Gerado via SX por ANTONIO CAVALCANTE NEGREIROS. Impresso em 07 de Setembro de 2020.  
Carimbar)



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 08/01/2021 12:38:21

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21010812382093500000061531918>

Número do documento: 21010812382093500000061531918

Num. 64212949 - Pág. 1



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - RN 12063 // 00266 Nº 014529424673**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA	CÓD. RENAVAL	R.N.T.R.C.	EXERCÍCIO
1	00901994170	*****	2019

NOME

**MARIA DE FATIMA BUZERRA AMBROZZO**

CPF / CNPJ	PLACA
012.441.644-61	MZD5948

PLACA ANT / UF	CHASSI
MZD5948/RN	9C6KE092070080202

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE	GASOLINA

YAMAHA/YBR 125K	2006	2007
-----------------	------	------

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
OCV/124 CILINDRADAS	PARTICULAR	VERDE

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC / COTAS
R\$ 0.00	11/07/2019	1º ISENTO
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO / COTAS	2º ISENTO
009605 3X	R\$ *****	3º ISENTO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IDF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
*** TAXAS DETRAN: PAGO ***		DPVAT: PAGO	

OBSERVAÇÕES

**MOTOR: E382E-078974**

**NOSSORO/RN**

**DATA**  
**11/07/2019**

**Coordenador de Registro de Veículos**  
**DETRAN - RN**





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2021

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200465744 Vítima: ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES

Data do Acidente: 07/09/2020 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ADRIANO MAGNO BEZERRA ALVES

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Boletim de ocorrência</b>	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, emitido por órgão competente para registro de acidente de trânsito com vítima (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros Militar), pois não foi entregue.
<b>Documentação médico-hospitalar</b>	Apresentar a cópia simples dos documentos médicos de todo tratamento realizado entre a data do acidente e a data da identificação da sequela permanente, com a identificação da vítima e do médico responsável, com data, assinatura e CRM legíveis, pois não foram entregues.
<b>Autorização de pagamento</b>	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto, sem abreviações e/ou rasuras, de todos os campos dos Dados Cadastrais, pois o entregue está incompleto.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Os documentos pendentes podem ser recebidos através do site <https://documentospendentes.seguradoralider.com.br>

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 16452617

Pag. 00877/00878 - carta\_03 - INVALIDEZ

00020439







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0800211-47.2021.8.20.5106

### DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0800211-47.2021.8.20.5106

### DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal



ciente do despacho cadastrado sob o id 64453309

